

# OS BENS DO EXTINTO CONVENTO DE S. JOÃO DE DEUS EM LISBOA

**Carmina Montezuma de Carvalho**

*Conservadora do Museu S. João de Deus – Psiquiatria e História, em Sintra*  
carmina.guedes@isjd.pt

**Estela Maria Pereira das Neves Rodrigues**

*Coordenadora do Centro de Documentação do Museu S. João de Deus, em Sintra*  
estela.rodrigues@isjd.pt

## RESUMO

O Convento de S. João de Deus, em Lisboa, foi fundado, em 1629, pela Ordem Hospitaleira de S. João de Deus; ao longo de 200 anos, garantiu a assistência na saúde a religiosos, militares e civis. Com a extinção do Convento, em 1834, grande parte dos seus bens foram incorporados na Fazenda Nacional. Desconhece-se o seu atual paradeiro, à exceção de alguns núcleos que serão analisados neste artigo. A preservação e divulgação da memória histórica sobre a assistência médico-hospitalar dos Irmãos Hospitaleiros está consignada no Museu S. João de Deus – Psiquiatria e História, inaugurado em 2009; a investigação arquivística referente aos inventários dos bens móveis que as autoras têm vindo a efetuar é, por este motivo, fundamental para complemento da divulgação junto do público.

## PALAVRAS-CHAVE

**Ordem Hospitaleira de S. João de Deus**

## ABSTRACT

The Convent of St. John of God, in Lisbon, was founded in 1629 by Hospitaller Order of St. John of God. Over almost 200 years, granted health care to religious, military and civilians. With the extinction of the convent in 1834, most of its assets were incorporated into the National Treasury. His current whereabouts is unknown, except for some works of art analyzed in this Paper. The preservation and education of historical memory in medical assistance of the Hospitallers Brothers is enshrined in Museum of St. John of God – Psychiatry and History, opened in 2009. The archival research referring to inventories of movable property is, therefore, essential to enrich the public communication.

## KEYWORDS

**Hospitaller Order of St. John of God**

## BREVE RESENHA HISTÓRICA

O Convento de S. João de Deus foi fundado pela Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, em 1629, graças ao benfeitor D. António de Mascarenhas (Deão da Capela Real, Deputado da Mesa da Consciência e Ordens e Comissário geral Apostólico da Bula da Santa Cruzada) que «movido de/ sua m<sup>te</sup> [muita] piedade, especial devoção ao Pro-/tector dos pobres enfermos» (B.N.P., Cod. 429: 63) comprou o antigo Convento dos Carmelitas Descalços e doou-o à Ordem Hospitaleira, para nele se instalar um hospital com igreja anexa que daria assistência a clérigos pobres, a nobres, a militares e a civis; também os Condes do Redondo contribuíram com terreno para a sua fundação.

O Convento, sito na Pampulha, freguesia de Santos, possuía uma localização estratégica com uma «belíssima vista sobre o rio e porto da Cid<sup>e</sup> [cidade]» (B.N.P., Cod. 429: 63) que muito contribuía para a convalescença dos enfermos e, ao ser sobranceiro ao rio Tejo, facilitava a entrada direta dos enfermos que aí ocorriam por via marítima.

O edifício, de planta em U, além dos habituais espaços conventuais (sala capitular, celas, livraria, refeitório, entre outros) possuía, enquanto convento-hospital, uma botica e quatro enfermarias: a de Santa Ana, a de São Rafael, a de São Lázaro e a de Santo Onofre (A.H.M.: PT AHM/ DIV/ 3/ 16/ 01/ 35), as quais abrangiam um total de 119 camas, chegando a atingir, em determinadas épocas, cerca de 400 camas (FILIPPE [no prelo]: 27). De salientar, os sete painéis oitocentistas de azulejos sobre a vida de S. João de Deus que ainda hoje cobrem o átrio e a escadaria nobre do edifício (BORGES 2009: 125).

A Igreja possuía uma nave central, capela-mor e nove capelas laterais (COSTA 1712: 529); apresentava um pavimento de jaspe fino e formosos azulejos nas paredes e camas (FILIPPE no prelo: 26).

Ao longo de 200 anos, este Convento constituiu a sede da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus em Portugal. Aí residia o Provincial, aí se reunia o Definitório e dele emanavam todas as orientações para outros conventos-hospitais administrados pela Ordem no continente e nas Colónias de África, Índia e Brasil.

A comunidade era composta por cerca de 20 Irmãos hospitaleiros, cujo Superior era enfermeiro-mor. Além deste corpo permanente de enfermagem, havia os médicos, os cirurgiões, os ajudantes e o sangrador.

Houve, neste hospital, uma Irmandade de São João de Deus, a que pertenciam nobres, tendo quinze mordomos perpétuos.

Durante o reinado filipino, os Irmãos hospitaleiros portugueses dependiam da Congregação espanhola. Após restauração da independência, em 1640, o Rei D. João IV conseguiu da Santa Sé que o governo dos Irmãos portugueses fosse confiado a um Vigário Provincial, apenas dependente de Roma.

Por Alvará régio de 14 de maio de 1645, foi confiada à Ordem Hospitaleira, na pessoa do Vigário Provincial, a administração dos Hospitais Militares da Província do Alentejo: os de Elvas, Olivença e Campo Maior. No Capítulo Geral da Ordem, em 1671, foi canonicamente ereta a Província da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus em Portugal.

Como o terramoto de Lisboa, em 1755, destruiu o «Hospital Real Militar da Corte», instalado no Castelo de S. Jorge, este foi transferido para o Convento de S. João de Deus, onde funcionou até 1802. Nesta data, um aviso da Junta dos Três Estados, determinou que o «Hospital Real Militar da Corte» fosse transferido para o Hospital de Xabregas. O Convento de S. João de Deus continuou, no entanto, a ser Hospital e sede da Ordem até 1833 (GAMEIRO 2011).

## A EXTINÇÃO DA ORDEM HOSPITALEIRA DE S. JOÃO DE DEUS E O DESTINO DOS IRMÃOS JOANDEÍNOS E DO CONVENTO

No âmbito da “Reforma geral eclesiástica” empreendida pelo Ministro e Secretário de Estado, Joaquim António de Aguiar, executada pela Comissão da Reforma Geral do Clero (1833-1837) é extinta a Ordem Hospitaleira; administrava então 25 Conventos-Hospitais (dois de sua propriedade: o de Lisboa e o de Montemor-o-Novo), dos quais 17 se localizavam no continente e 8 nas Colónias; contava com 179 Irmãos e 562 camas para doentes.

Em Agosto de 1833, são publicados dois decretos régios que desencadearam o início do fim da Província portuguesa da Ordem Hospitaleira: o de 5 de agosto (*Chronica Constitucional de Lisboa*, 7 agosto 1833: 47) que, no 1º e 2º Artigos, suprime os Noviciados monásticos e despede todos os indivíduos que os estivessem a frequentar e o de 9 de agosto, que, no 2º e 4º Artigos, referia:

«nos Conventos, Mosteiros, Casas Regulares, e Hospícios, em que houver menos de doze indivíduos professos, o Prelado actual assim o participará pela Repartição respectiva do governo, para que os Religiosos dessas Casas sejam unidos aos de outras, que houverem de ficar existindo: as primeiras serão declaradas extintas, e os seus bens incorporados nos bens nacionais»

sob pena de serem processados e punidos como rebeldes à Rainha (*Chronica Constitucional de Lisboa*, 16 agosto 1833: 90).

A 23 de agosto de 1833, é criada a Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens regulares (*Chronica Constitucional de Lisboa*, 27 agosto 1833: 144), a qual, por ordem régia, procede a uma avaliação das comunidades e bens de todas as Ordens regulares. Nos primeiros meses de 1834, a Junta publica um relatório *Resumo das consultas especeaes da Junta do Melhoramento das Ordens Regulares sobre as diversas corporações*,

*assim de religiosos como de religiosas, o qual refere que S. João de Deos tem 2 conventos [Lisboa e Montemor-o-Novo] e 24 religiosos e de rendas 4735\$699. Os conventos têm 15 e 9 moradores (ABREU 2004: 124).*

Os dois decretos citados e este relatório constituirão, com grande probabilidade, a razão da pequena Comunidade de Irmãos de S. João de Deus se encontrar no Convento de Santo Antão-o-Velho ou Coleginho da Graça, na Mouraria, ainda em 1833, conforme se menciona num livro de inventário dos bens pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Bom Despacho, a propósito de uma escultura «que pertenceo aos Frades Hospitaleiros, fundação do mesmo Santo, que/ para esta casa vieram em 1833» (Livro do Inventário [...] 1855: 16). Este facto pressupõe que a Comunidade de Irmãos no Convento de S. João de Deus de Lisboa tenha sido extinta em 1833.

A 23 de maio de 1834, dias antes do Decreto de extinção das Ordens religiosas, é emitida uma ordem régia que afirma que não só «os Padres de São João de Deos, são Hospedes» no Coleginho, como também ficam fiéis depositários do edifício, da Igreja, dos objetos dos Ermitas Calçados de Santo Agostinho e dos objetos dos Jesuítas (LEITÃO 2007), até novas ordens: «Que tudo/ quanto ali existir pertencente aos padres de S. João de/ Deos, háde seguir a sorte do Convento desta invocação/ quando delle se tractar» (A.N.T.T., A.H.M.F., Cx. 2228, Capilha 2).

Três meses depois de ser promulgado o Decreto que extingue a Ordem (assinado a de 28 de maio e promulgado a 30 de maio), a 4 de agosto, o Convento de S. João de Deus, situado na Rua de S. Francisco de Paula (A.N.T.T., A.H.M.F., Liv. 1547: 25) (atual R. Presidente Arriaga), é requisitado pelo Ministério da Guerra e entregue a 16 do mesmo mês<sup>1</sup>. Por resolução de 26 de março de 1835, nele se instala o quartel da Brigada Real da Marinha<sup>2</sup>, a que se

1. *Situação dos edificios de Institutos Religiosos ao Serviço do Estado e das Corporações*, vol.II, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1941, p. 352-353.

2. *Situação dos edificios de Institutos Religiosos ao Serviço do Estado e das Corporações*, vol.II, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1941, p. 352-353.

seguiu o Tribunal da Corte e o Quartel da Infantaria n.º 2. A partir de 1919 e até aos dias de hoje, nele

está instalado o Centro Clínico da Guarda Nacional Republicana (GNR).

## O INVENTÁRIO DOS BENS DO EXTINTO CONVENTO DE S. JOÃO DE DEUS

Poucos dias após ter sido promulgado o decreto de extinção das Ordens religiosas, em que os respetivos bens foram incorporados nos designados Próprios da Fazenda Nacional, é publicado pelo Tesouro Público, a 4 de junho, as «Instruções para cumprimento do Decreto de 30 de maio de 1834» (*Chronica Constitucional de Lisboa.*, 6 junho 1834: 544), designadamente, a forma de classificação das diferentes tipologias de bens:

«1º Vasos sagrados e paramentos.// 2º Objectos preciosos não sagrados.// 3º Objectos de refeitório, cozinha, enfermaria, e/ mais mobília do comum.// 4º Livrarias, e manuscritos.// 5º Finalmente, casco, cerca, prédios rústicos e/ urbanos, foros, pensões, títulos de juros, di-/nheiro, e outros quaisquer efeitos de valor» (*Chronica Constitucional de Lisboa*, 6 junho 1834: 544).

Importante referir que a análise dos bens do extinto Convento de S. João de Deus de Lisboa, restringe-se aos bens móveis, não sendo analisados os bens mencionados no 5º artigo desta relação, também incluídos no inventário do dito Convento.

Os *Autos de Inventário, Avaliação e Posse feito nos Bens do extinto Convento de S. João de Deus na conformidade das Ordens Regias* (D.G.P. Procº N.º 21-LFG-F-1)<sup>3</sup> foram efetuados no Coleginho, pelo Provedor do 5º Distrito, Rodrigo António Segurado de Lemos e pelo escrivão, Marcos Cosmelli, na presença dos Membros da Comissão Administrativa do Convento, composta por três Irmãos hospitalares (Fr. José d'Assumpção Magalhães, Fr. Francisco do Carmo Silveira do Amaral e Fr. João de Nossa Senhora das Dores Velez), entre 2 de julho de 1834 e 11 de julho de 1835. Este inventário que localizamos recentemente, ainda inédito, inclui a lista das pratas,

das roupas e da armação pertencentes à sacristia; da rouparia; das roupas no refeitório; da loiça na secretaria e no refeitório; dos móveis na secretaria, na livraria, na cela grande e em diversas partes; dos objetos de cozinha e na casa do refeitório; da tanoaria; dos livros do Cartório; e de um relógio.

Destacam-se na listagem de pratas:

uma «custódia de prata de resplendor, parte dourada e com círculo de pedras, um cálix, dourado e lavrado, patena e colherinha, um relicário do Santo Patriarca, dourado, um santo lenho em castuado [encastuado] em uma cruz de prata, dourada com sinco reliquias, uma Ambula dos Santos Oleos e uma urna de pao [sic] prateada».

Apesar de vir mencionado que este conjunto seria entregue na Freguesia do Socorro com o recibo n.º56, só a urna prateada aparece nos inventários da Irmandade do Santíssimo do Socorro (A.P.L.: PT/AHPL/ PLS358/ ISS/ 06/ 002), na Igreja do Socorro (situada na Rua da Palma), a qual, após a demolição desta Igreja em 1949, foi transferida para a nova Igreja Paroquial São João de Deus (sita na Praça de Londres, Lisboa), onde se encontra atualmente. Todas as restantes peças foram destinadas a várias instituições, conforme foi publicado, em 1842, nas *Contas Correntes dos Objectos preciosos de ouro, prata, e jóias que pertenceram aos conventos suprimidos do continente do reino, com o N.º223 – O Convento de S. João de Deus – Ordem de S. João de Deus – Em conta corrente com a Fazenda Nacional* (*Contas correntes* [...] 1842); o seu paradeiro encontra-se em fase de pesquisa.

Do inventário da sacristia, salientam-se conjuntos significativos de linhos e guarnições de uso litúrgico:

3. Este processo será transferido em breve para o Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças.

18 alvas, 22 amitos, 27 toalhas dos altares com rendas e folhos, 11 roquetes, 12 pares de corporais e 61 sanguíneos; e paramentos de diferentes cores litúrgicas: 22 casulas, 8 dalmáticas, 10 capas de asperges, 17 véus, 10 estolas, 9 manípulos, 12 bolsas de corporais, 1 pano de palio de 6 varas, 2 frontais, 1 véu de maquineta, 1 véu de filó bordado de ouro para cobrir o Senhor Morto, 16 palos, 11 véus de cobrir cruces e um «Habitico rico de veludo preto com galões d'ouro e uma Capa grande do Patriarcha bordada d'ouro fino».

Este espólio, cumprindo o Decreto de 30 de Maio, no qual os bens ficariam de imediato pertença do Estado, à exceção dos «vasos sagrados e paramentos que serviam ao Culto Divino para que deles dispusessem as autoridades eclesiásticas e os distribuíssem pelas igrejas mais necessitadas» (MARTINS 1982: 62), foi enviado para a Freguesia do Socorro, com o mesmo recibo n.º56, aparecendo nos inventários da Irmandade do Santissimo na Igreja do Socorro. No entanto, desconhece-se o seu atual paradeiro.

Das restantes listagens de objetos, salientam-se alguns móveis: 1 meia comoda com dois gavetões, 1 salgadeira de carne, 1 «cadeira d'Aulla», 2 «candeeiros de trevas», 46 «Taboas», 1 caixa de madeira do Brasil, 2 canapés de palhinha, 24 cadeiras de couro, 3 cantoneiras, 3 bancas pequenas de caixa de açúcar, 3 papeleiras, 1 tabuleiro de gamão, 1 estante grande do coro de pau do Brasil, uma grande cadeira de pau-santo, 1 escada das estantes da Livraria. Algumas destas peças de mobiliário, assim como o relógio foram entregues ao 4.º Batalhão da Guarda Nacional de Lisboa por Ordem do Provedor do 2.º Distrito.

*A Rellação dos Livros e mais papeis encon-/trados no Cartório do Convento de S. João de Deus, incluída*

neste inventário e datada de 11 de julho de 1835, contém a descrição de 27 livros, entre os quais, 2 livros da Fazenda da Casa, 1 livro com a receita e despesa da mesma, 2 livros das Capelas de 1781, 2 livros de Missas das obrigações do Convento, 1 livro de inventário da Sacristia e 1 livro para os termos das Definições; e 21 «maços de papeis» contendo diversas escrituras de propriedades e de heranças. Estes livros e maços, de paradeiro desconhecido, como pertenciam ao Cartório terão tido um destino diferente da Livraria do Convento, transferida para a Biblioteca Nacional, da qual foram identificados 120 livros, assinalados com a seguinte frase manuscrita: «Da Livraria de S. João de Deus» (CAMPOS 2009: 95-99). Refira-se que para a elaboração do inventário e respetiva avaliação da Livraria, foram chamados dois «Mestres exami-/nados do Offício de Livreiro» (Deziderio Marques Leão e Manoel Lourenço) que se deslocaram, no dia 5 de julho de 1834, ao Coleginho. Demoraram três dias a inventariar a Livraria que contava «144 livros em marca de folio, 684 livros em marca de quarto, 300 livros de marca em oitavos e 4 livros grandes de Cantochão de diversas Missas».

Não aparecem listadas, neste inventário, as peças da botica que deveria ter sido grande, tendo em conta que o Convento de S. João de Deus era um hospital. Sabe-se, contudo que estes objetos foram recolhidos pelo Estado, como comprova uma ordem régia do Tribunal do Tesouro Público, datada de 18 de maio de 1835, a qual manda que o Governador Civil do Distrito de Lisboa informe «com urgência de que Bo-/ticas dos extinctos Conventos existem arma-/ções, vasos e utensílios de metal, vidro e barro/ pertencentes à Fazenda Nacional, em que/ locaes se acham os referidos objectos» (A.N.T.T., A.H.M.F., Liv.7493: 41v.).

## O CASO DAS PINTURAS, DAS ESCULTURAS E DE ALGUNS OBJETOS NÃO INVENTARIADOS

Embora o inventário não discrimine pintura, a nossa pesquisa localizou três documentos que comprovam a sua existência no Convento: um, datado de novembro de 1834 que se refere à despesa de \$300 reis com a

condução de quadros do extinto Convento de S. João de Deus para o Deposito Geral das Livrarias dos Extinctos Conventos (B.N.P. Cod. 6963, n.º262); o outro, é um recibo do Dr. António Nunes de Carvalho



**Fig. 1** · S. João de Deus Patriarca; Séc. XVIII; Escultura em madeira estofada e policromada; 185x97x63 cm; Proveniente do extinto Convento de S. João de Deus, Lisboa; PPOHSJD 1.



**Fig. 2** · S. Rafael a distribuir o pão; S. XVIII; Escultura em madeira estofada e policromada; 185x112x78 cm; Proveniente do extinto Convento de S. João de Deus, Lisboa; PPOHSJD 2.



**Fig. 3** · S. Rafael Arcanjo; Insc.: *Efígie do Arcanjo S. Rafael do Conv<sup>o</sup> [Convento] de S. João/ de Deos de lx<sup>o</sup> [Lisboa]; Gravura; 11,3x7,7 cm; BNP R.s. 1677s.*

(encarregado do dito Depósito), datado de 25 de fevereiro de 1835, de recolha da Livraria e dos quadros do extinto Convento de S. João de Deus que se encontravam no Coleginho; o terceiro documento é constituído pelos inventários da Irmandade de Nossa Senhora do Bom Despacho, sita no Coleginho (onde residiram os egressos Irmãos joandeiros, entre 1833 e 1840), os quais referem, em 1855 e em 1864, uma pintura, intitulada Granada será a tua cruz que ainda existe no espólio do Coleginho. Esta pintura, pelo seu relevante valor histórico, esteve presente na exposição inaugural do Museu S. João de Deus – Psiquiatria e História, em 2009.

Como já foi anteriormente referido, as esculturas não constituíram foco de grande interesse pelo Estado em 1834, razão pela qual não aparecem classificadas no inventário citado. Contudo, existiam esculturas no Convento de S. João de Deus, confirmadas em diversas fontes, nomeadamente na descrição da Igreja do Convento feita, em 1712, por António Carvalho da Costa, na sua obra *Corografia Portuguesa* (COSTA 1712: 529):

«he de huma só nave com a porta para o Norte, & sobre ella a Imagem do Santo; [...] tem nove Capellas, além da mayor, aonde está o Santissimo Sacramento com S. João de Deos da banda do Evangelho, & Santo Antonio da banda da Epistola, Imagem perfeyta; & no meyo do Altar está N. Senhora da Conceção. As outras capellas, que ficão da banda da Epistola, são a de S. João de Deos, a de S. Carlos Borromeo com S. João Bautista, & o Anjo S. Rafael, a de N. Senhora do Bom Successo, & a de N. Senhora das Ondas do mar, Imagem milagrosa, que se achou na praya dentro de hua cayxa, donde trouxeram os Religiosos para esta Igreja. As outras Capellas da banda do Evangelho são a de S. Miguel, a de S. Joseph, a de Jesus, Maria, Joseph, & a do Santissimo Sacramento, aonde está N. Senhora de Belém, Imagem de pincel, & de muytos milagres, a qual festejão com grandeza todos os anos».

Além desta fonte bibliográfica, aparecem referidas esculturas nos inventários da Irmandade de Nossa Senhora do Bom Despacho: uma imagem de roca

de S. João de Deus com resplendor e respetiva cruz de duas hastes e uma de S. Rafael, atualmente de paradeiro desconhecido; e um documento, datado de 17 de setembro de 1858, relativo aos Irmãos Congregantes de S. Filipe Nery (A.P.L. Capilha "S. Filipe de Nery". N.º1986), em atividade no Hospital de S. José, que refere terem recebido um espólio dos extintos Irmãos de S. João de Deus, no qual constava uma imagem de barro de S. João de Deus e uma de S. Rafael, sem um braço.

Além destas esculturas que não figuram no inventário dos bens incorporados pelo Estado, existem mais duas grandes imagens que representam S. João de Deus e S. Rafael que possuem um percurso singular. Imagens do séc.XVIII, anteriormente referidas na *Corografia Portuguesa*.

Luís Gonzaga Pereira refere, na sua obra *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, sobre a escultura de S. João de Deus:

«A imagem de mais perfeita escultura que possuía esta Ordem era a estátua de madeira (maior que o natural) que representa S. João de Deus; esta imagem, logo depois da extinção deste convento, foi transferida para a Igreja de S. Francisco de Paula, onde foi collocado na capella mór, em hum dos grandes nichos da parte da Epistola, onde he venerada dos seus devotos» (PEREIRA 1927: 151).

Aí permaneceu, assim como a escultura do Arcanjo S. Rafael, cerca de 50 anos, até 1891. Nesse ano, o Irmão Emérito Francisco da Silva (o primeiro Irmão português de S. João de Deus, após a Restauração

da Ordem Hospitaleira em Portugal) foi pedir esmola na zona da Igreja de S. Francisco de Paula, onde se deparou com as duas esculturas. De imediato, pediu uma audiência a D. José Neto, Cardeal Patriarca de Lisboa, que autorizou a respetiva devolução à Ordem Hospitaleira<sup>4</sup>.

No dia 7 de março de 1891, as duas esculturas foram transportadas da «egreja de S. Francisco de Paula d'esta capital, e são as mesmas que pertenceram ao extinto convento de S. João de Deus, onde hoje se acha aquartelado o regimento de infantaria n.º2»<sup>5</sup> para a Igreja do Hospício do Clero, em Santa Marta<sup>6</sup>, onde os Irmãos de S. João de Deus prestavam assistência. Poucos dias depois, a 12 de março, a Irmandade dos Clérigos Pobres celebrou a festividade do Santo da caridade, tendo consagrado dois altares, um ao Arcanjo S. Rafael e o outro a S. João de Deus<sup>7</sup>.

Em 1893, após a aquisição da Quinta do Telhal por S. Bento Menni (o grande restaurador da Ordem Hospitaleira na Península Ibérica), as duas esculturas foram colocadas na capela do antigo palacete. Em 1950, transitaram para a nova Igreja na Casa de Saúde do Telhal, tendo sido colocadas nos altares laterais, onde atualmente se encontram.

De referir que em 1955, o Irmão José Pedro Coelho, Superior da Casa, «tentou a visita de um técnico para saber se seria de aconselhar um restauro das pinturas. Aquele senhor disse, categoricamente, que não permitissem que alguém lhes tocasse, senão para as limpar. Nada de retoques. São uma preciosidade, guardem-nas muito ciosamente»<sup>8</sup>.

4. *Hospitalidade*. 3.º Ano, N.º 11 (Outubro 1938) 13-21.

5. *Relatório e Contas da Venerável Irmandade dos Clerigos Pobres*. Casa Catholica, Lisboa, 1891, p.12.

6. Desde 1910, Hospital de Santa Marta, em Lisboa.

7. *Lisboa – Sala das Sessões da Venerável Irmandade dos Clérigos Pobres no Hospício do Clero em Santha Martha, 16 de Setembro de 1891*.

8. *Hospitalidade*. N.º 108, (Outubro – Dezembro 1962) 72-73.



Fig.4 - Entrada principal do Museu S. João de Deus – Psiquiatria e História, sito na Casa de Saúde do Telhal, Sintra.



Fig.5 - Maquete do Convento de S. João de Deus em Lisboa; 2009; Madeira; 63x183,5x116 cm; PPOHSJD 3139.

## A IMPORTÂNCIA DESTES OBJETOS PARA A DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA DA ORDEM NO MUSEU S. JOÃO DE DEUS

Esta temática é crucial em dois objetivos do Museu S. João de Deus – Psiquiatria e História, inaugurado, em 2009, na Casa de Saúde do Telhal (Sintra): a divulgação e preservação da memória histórica sobre a assistência médico-hospitalar dos Irmãos Hospitaleiros em Portugal (desde o séc. XVII até à atualidade); e a comunicação com o público sobre o estigma da saúde mental e a inclusão social.

Muito para além da informação sobre a quantidade e qualidade dos bens móveis do Convento de S. João de Deus, este estudo incidirá numa pesquisa futura

mais abrangente que permitirá conhecer o dia-a-dia dos Irmãos de S. João de Deus e da assistência aos enfermos, ao longo da sua presença de c. 200 anos neste Convento-Hospital.

Com o intuito de enriquecer os conteúdos museográficos sobre o Convento de S. João de Deus e de proporcionar a inclusão social dos utentes da Casa de Saúde do Telhal, foi construída, em 2009, pelo grupo de utentes que frequentava o Curso de Marcenaria e Restauro, no âmbito da Terapia Ocupacional, uma maquete do Convento.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES

- Arquivo do Patriarcado de Lisboa (A.P.L.). Cota: PT/ AHPL/ PLS358/ ISS/ 06/ 002.
- \_\_\_\_ – Capilha “S. Filipe de Nery”, n.º 1986 – Documentos para a sua história (MS).
- Arquivo Histórico Militar (A.H.M.). Cota: PT AHM/ DIV/ 3/ 16/ 01/ 35.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo (A.N.T.T.) – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (A.H.M.F.) Inventário de Extinção do Colégio de Santo Agostinho de Lisboa, n.º 214. “Colégio de Sto Agostinho/Ordem dos Agostinhos Calçados”. Cx. 2228, Capilha 2.
- A.N.T.T. – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Liv.1547. «Resumo geral dos bens incorporados nos Próprios Nacionais», p.25.
- \_\_\_\_ – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Liv.7493, p. 41v.
- Biblioteca Nacional de Portugal (B.N.P.) – Reservados, Cod. 429.
- \_\_\_\_ – Reservados, Cod. 6963, n.º 262.
- Direção-Geral do Património (D.G.P.). Proc.º N.º 21-LFG-F-1.
- Lisboa – Sala das Sessões da Venerável Irmandade dos Clérigos Pobres no Hospício do Clero em Santha Martha, 16 de setembro de 1891.
- Livro/ do Inventário/ dos Bens, Alfaias e Cartório/ da Irmandade de N. Senhora do Bom Despacho/ erecta na sua Igreja do Colleginho/ 1855.
- Situação dos edifícios de Institutos Religiosos ao Serviço do Estado e das Corporações, vol.II, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1941, p. 352-353.

### BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Laurinda – «Um parecer da Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares nas Vésperas do decreto de 30 de maio de 1834». *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
- BORGES, Augusto Moutinho – «Os Reais Hospitais Militares e a Ordem Hospitalreira de S. João de Deus em Portugal [1645 – 1834]». *Museu S. João de Deus – Psiquiatria e História*. Lisboa: Hospitalidade, 2009.
- CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de – «Os Livros do Convento de São João de Deus, no Acervo da Biblioteca Nacional». *Catalogo do Museu S. João de Deus – Psiquiatria e História*. Lisboa: Hospitalidade, pp.95- 99, 2009.
- Contas Correntes dos Objectos preciosos de ouro, prata, e jóias que pertenceram aos conventos suprimidos do continente do reino*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842.
- COSTA, António Carvalho da – *Corografia Portuguesa*, Tomo III. Lisboa: Na Officina Real Deslandesiana, 1712.
- Chronica Constitucional de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia, n.º 11, 7 agosto 1833.
- Chronica Constitucional de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia, n.º 19, 16 agosto 1833.
- Chronica Constitucional de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia, n.º 28, 27 agosto 1833.
- Chronica Constitucional de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia, n.º 132, 6 junho 1834.
- FILIPE, Nuno F.; DORGUETE, José N. – *História da Província Portuguesa de S. João de Deus* [no prelo].
- GAMEIRO, Aires, OH – Comunicação no XX Colóquio de História Militar. Palácio da Independência, Lisboa, 15,16, e 18 nov. 2011.
- Hospitalidade*. 3.º Ano, n.º 11 (outubro 1938) 13-21.
- Hospitalidade*. n.º 108, (outubro – dezembro 1962) 72-73.
- LEITÃO, Henrique – *A Ciência na Aula da Esfera no Colégio de Santo Antão*. Lisboa: Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do Nascimento de São Francisco Xavier, 2007.
- PEREIRA, Luís Gonzaga; SILVA, A. Vieira da, pref. – *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927.
- Relatório e Contas da Venerável Irmandade dos Clerigos Pobres*. Lisboa: Casa Catholica, 1891.
- SILVA, António Martins da – «A venda dos bens nacionais: a Carta de Lei de 15 de Abril de 1835: I. Aspectos Introdutórios e gerais». *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. Tomo XIX (1982) 59-115.